

GT ACESSIBILIDADE

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES
funarte 50 ANOS

MINISTÉRIO DA
CULTURA

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

Presidência da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidência
Geraldo Alckmin

Ministra de Estado da Cultura
Margareth Menezes da Purificação

Secretário Executivo do Ministério da Cultura
Márcio Tavares dos Santos

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES (FUNARTE)

Presidenta
Maria Marighella

Diretor-executivo
Leonardo Lessa

Chefia de Gabinete
Patricia Campolina

Diretora do Centro de Artes Visuais
Sandra Benites

Diretor do Centro de Circo
Marcos Teixeira

Diretor do Centro de Dança
Rui Moreira

Diretora do Centro de Música
Eulícia Esteves

Diretora do Centro de Teatro
Aline Vila Real

Diretor de Memória, Pesquisa
e Produção de Conteúdos
Glauber Coradesqui

Coordenadora Geral
de Comunicação
Paula Berbert

Coordenadora Geral de Difusão
Carila Spengler Matzenbacher

Coordenadora Geral de Fomento
Luisa Hardman

Coordenador Geral de Orçamento
e Administração
Filipe Pereira de Aguiar Barros

Coordenador Geral de Patrimônio
e Tecnologia
Paulo Henrique da Costa Barros

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES
funarte 50 ANOS

MINISTÉRIO DA
CULTURA

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO



**AOS ARTISTAS,
GESTORES
E TRABALHADORES
DO CAMPO
DA ARTE,**

**ÀS ARTISTAS,
GESTORAS
E TRABALHADORAS
DO CAMPO
DA ARTE,**

Em 20 de setembro de 2023, foi instituído, através da Portaria Funarte nº 570, o Grupo de Trabalho em Acessibilidade Cultural para proposição e acompanhamento de estratégias no âmbito das políticas públicas, em especial da Política Nacional das Artes em curso pela Fundação Nacional de Artes - Funarte, bem como a promoção de uma cultura do acesso, anticapacitista, de valorização e efetivação da acessibilidade no âmbito do Estado.

Desde então, este grupo vem trabalhando em pautas relacionadas à acessibilidade, cultura do acesso, cultura def (em que se entende a deficiência como um modo de existência - com suas próprias experiências, seus modos de ser, de criar, de produzir conhecimentos e de “atravessar” estética e poeticamente as linguagens artísticas).

Após 17 anos da publicação do documento **“Nada sobre nós sem nós - Relatório final da Oficina Nacional de Indicação de Políticas Públicas Culturais para Inclusão de Pessoas com Deficiência”**, elaborado por um grande grupo coordenado por Paulo Amarante e Ricardo Lima, através de uma parceria entre a Escola Nacional de Saúde Pública, a Fiocruz e a Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura (SID/MinC), redigimos esta carta que marca o posicionamento de trabalhadores com deficiência nas artes, a partir de quatro perguntas que norteiam algumas importantes questões para este GT que hoje, em 2026, é constituído em sua maioria (80%) por pessoas com deficiência de todo o Brasil.

- **Por que nos juntamos nesse GT?**
- **O que conceitualmente é importante para nós?**
- **Qual a nossa proposta?**
- **Quais as nossas conquistas desde a criação do GT?**

1

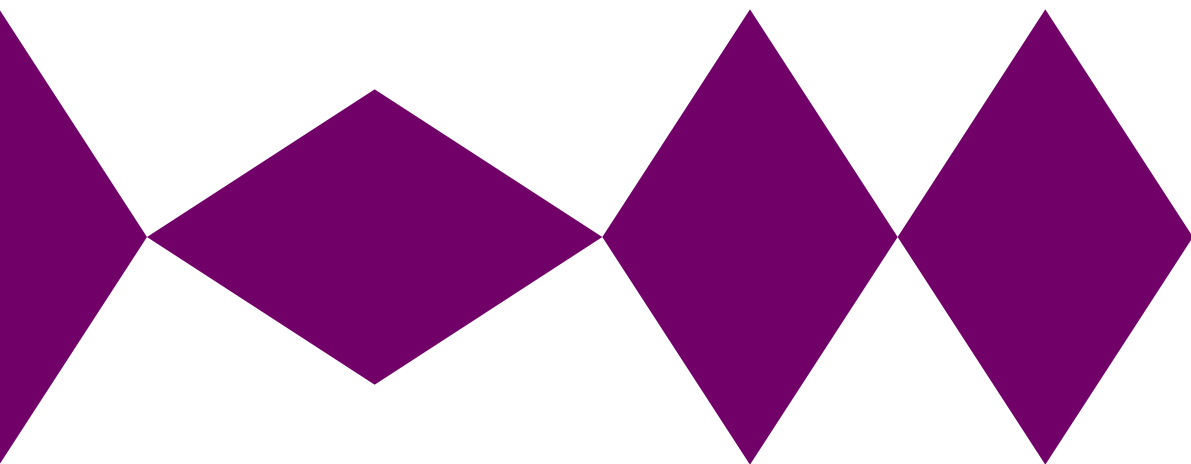
**POR QUE
NOS JUNTAMOS
NESSE GT?**



- Atualizar conceitos relacionados à Cultura do Acesso, Cultura Def e às práticas anticapacitistas no campo cultural, inclusive em âmbito institucional.
- Exigir o cumprimento da Lei Brasileira de Inclusão no campo das artes; em eventos realizados pela Funarte e pelo Minc.
- Promover a Acessibilidade Cultural de maneira ampla, considerando as interseccionalidades (encruzilhadas) entre deficiência, gênero, raça/etnia, língua, geração, classe e território.
- Criar programas de fomento à pesquisa e à arte Def.
- Mapear artistas e profissionais trabalhadores da arte no Brasil.
- Incidir de maneira transversal nos setores artísticos.
- Garantir a participação e o protagonismo efetivos de trabalhadores, gestores, artistas, profissionais e público com deficiência, nos museus e equipamentos culturais públicos e privados, nas artes e na cultura.
- Definir eixos prioritários, tais quais: programação, produção, formação, qualificação, letramento anticapacitista, monitoramento, avaliação, fiscalização, políticas afirmativas e acessibilidade nos editais, nos equipamentos e nos espaços culturais.

2

**O QUE
CONCEITUALMENTE
É IMPORTANTE
PARA NÓS?**



Nesses dois anos de encontro do grupo, tivemos a oportunidade de compartilhar importantes reflexões sobre atualizações conceituais fundamentais para a incorporação da Cultura do Acesso, Cultura Def e Acessibilidade como Direito pela sociedade.

Entendemos que pensar o campo da deficiência nas artes não diz respeito apenas às pessoas com deficiência. Podemos perceber que as pesquisas nesse campo colaboram para um entendimento ampliado sobre a cultura do acesso e, também, a partir dos conhecimentos produzidos por pesquisadores dessa área, é possível expandirmos as linguagens e poéticas, atualizando métodos do “fazer artístico”. Logo, é impossível pensar e fazer cultura sem que paradigmas trazidos pela cultura def sejam incorporados, transversalmente, às políticas destinadas às artes.

O **anticapacitismo** questiona as hierarquias corporais, exige mudanças estruturais e entende que todo corpo é criador. As linguagens artísticas e técnicas devem, por óbvio, considerar a diversidade de corpos, experiências, línguas, modos de vida que a elas são inerentes.

Além disso, o **capacitismo** se articula com outros sistemas de opressão ou de desigualdade social. Corpos que não se adequam à corponormatividade são sistematicamente excluídos da cena cultural. Estamos sempre nos movimentando em caminhos encruzilhados pela raça, pelo gênero, pelas classes, pela língua, pelos territórios, pelas idades, pelo passado, presente e futuro.

Há diagnósticos, pesquisas quantitativas, experiências concretas, mas há também camadas invisíveis, subjetivas e ainda não acessadas em todos esses movimentos que nos colocam em campos de fertilidade e disputas.

Não queremos mais ocupar espaços segregados, “especiais”, “inclusivos”, “alternativos”. Temos consciência de que somos parte do todo; é preciso convivermos cada vez mais em espaços que não foram feitos ou pensados para nós para que estes mesmos sejam transformados em prol da partilha de direitos e da expansão não só do acesso, mas do conhecimento e das possibilidades criativas no campo da arte.

É preciso que gestores e agentes culturais entendam de uma vez por todas que não somos apenas o público para o qual se destinam as políticas, mas participantes diretos dos processos de formulação de políticas culturais, artísticas e, com efeitos na produção da arte e memória DEF. Pessoas com deficiência devem ocupar posições de poder, de autoria e de participação nos processos decisórios no âmbito dos espaços artísticos, culturais e museais.

Em confluência com essas ideias, as políticas culturais devem considerar uma dimensão ampliada da acessibilidade desde a concepção dos projetos, com participação das pessoas com deficiência. É importante entendermos que a “acessibilidade” não é apenas técnica, mas também estética e poética. Obras artísticas podem e devem considerar múltiplos corpos, sensorialidades, temporalidades e formas de percepção.

É importante reconhecermos que o campo artístico reproduz hierarquias corporais, com base na corponormatividade. Corpos considerados “fora da norma” são tratados como exceção ou como subalternos. Diante da invisibilização constante e da falta de letramento estrutural com relação às pautas ligadas a este campo, reiteramos a urgência da corporificação da deficiência como categoria política e não assistencialista, numa perspectiva social.

MINI- GLOSSÁRIO

Lembremos que ainda utilizamos terminologias ultrapassadas e que não estão alinhadas às práticas anticapacitistas. Por exemplo:

PCD

A sigla desumaniza. Reduz e objetifica as pessoas com deficiência. É frequentemente utilizada de maneira equivocada.

Ex: Pessoa PCD, evento PCD, área PCD.

INCLUSÃO

É um termo que parte da exclusão, um princípio hierárquico e normativo. Só pode ser incluído quem está fora. E, na cultura do acesso, partimos de um fundamento democrático, onde o acesso é um direito comum.

ACESSIBILIDADE ATITUDINAL

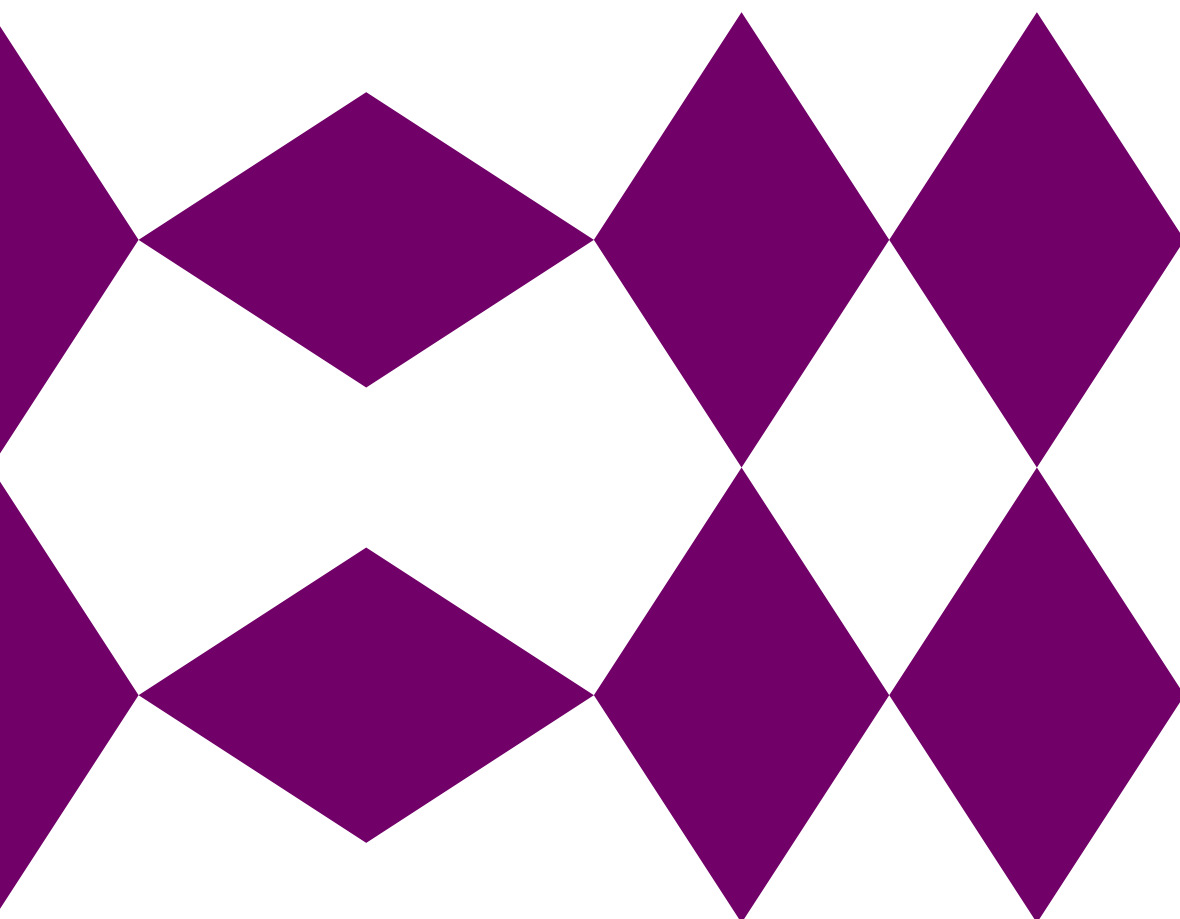
Atitudes anticapacitistas são pressupostos básicos da convivência social. Essa expressão não deve ser utilizada como recurso de acessibilidade em projetos ou práticas culturais.

Pensar a partir de uma política **segregacionista** é capacitista



3

**QUAL A
NOSSA
PROPOSTA?**



- Reconhecimento da Cultura Def pelo Ministério da Cultura.
- Criar uma diretoria específica para a Cultura do Acesso, Acessibilidade e Arte Def para articulação transversal com as demais diretorias.
- Contratar equipe consultora em acessibilidade que atue nas áreas:

1. Comunicação

2. Mediação

3. Produção de Eventos

- Libras
 - Audiodescrição
 - Legendagem
 - Linguagem simples
 - Designer Acessível
 - Espaços de autorregulação
- Acessibilizar todos os eventos realizados pela Funarte e Minc, respeitando a LBI, lembrando de garantir a participação de pessoas com deficiência qualificadas em todas as etapas.
 - Reconhecer, fomentar, promover e explicitar formalmente em documentos oficiais, discursos e meios de comunicação a atividade artística cultural da pessoa com deficiência, garantindo nossa participação em todos os eventos promovidos pela Funarte e Minc.
 - Garantir e definir nos recursos orçamentários/financeiros, fontes de financiamento para a acessibilidade nos aspectos físicos, tecnológicos e humanos, considerando as necessidades e o protagonismo das pessoas com deficiência no campo artístico cultural.

- Fazer da Funarte MG um espaço-modelo em acessibilidade cultural e na cultura do acesso e, para isso, garantir recursos financeiros.
- Acessibilizar todos os editais lançados e os projetos aprovados com recursos públicos e via Lei de Fomento, conforme LBI e Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU).
- Desvincular a rubrica “comunicação” da rubrica “acessibilidade”, na Lei Rouanet, através da publicação de nova instrução normativa.
- Criar um Plano Nacional de Acessibilidade Cultural com a participação das Pessoas com Deficiência, articulado ao Plano Nacional de Cultura, com orçamento e financiamento previstos no Plano Plurianual (PPA) e na Lei Orçamentária Anual (LOA).
- Implementar um programa de Formação em Acessibilidade Artística e em Políticas Públicas para Acessibilidade nas Artes, incluindo, através de parcerias MINC/MEC, disciplinas obrigatórias nos cursos de arte (bacharelados e licenciaturas).
 - Encruzilhada DEF: Anticapacitismo nas Artes e nas Políticas Culturais
 - Acessibilidade Estética, Poética e Mediação Artística
 - Comunicação Acessível para as Artes
 - Arte-educação e Acessibilidade Cultural
- Formação das instâncias públicas Funarte e Minc (gestores, técnicos e pareceristas) tendo como pressuposto uma política cultural anticapacitista.
- Pesquisa, documentação e publicações acessíveis e em formatos diversos sobre a Memória DEF nas Artes.
- Referências bibliográficas nas bibliotecas e nas Edições Funarte.
- Interiorização e Internacionalização da Cultura DEF.

4

**QUAIS AS
NOSSAS
CONQUISTAS
DESDE A
CRIAÇÃO
DO GT?**



- Reservas de vagas em editais.
- Criação e Lançamento do “Guia Prático de Acessibilidade Cultural”, do MinC, que orienta gestores e agentes culturais na implementação de medidas de acessibilidade e ações afirmativas em projetos com recursos da Política Nacional Aldir Blanc.
- Mapeamento ACESSA MAIS, realizado pelo MinC, por meio da Secretaria de Formação Artística e Cultural, Livro e Leitura (Sefli), e da Universidade Federal da Bahia (UFBA). (Ainda não foi publicado)
- 1º Encontro Funarte de Políticas de Acessibilidade: Ampliando Acessos nas Artes.